



PROCESSO Nº : 4103/91 (B) (Anexo Volume I)  
ÓRGÃO DE ORIGEM : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
ASSUNTO : ADMISSÃO DE PESSOAL

## EMENTA

Concurso Público para o cargo de Analista de Assistência à Educação da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, objeto do Edital nº 191/90 - IDR. Auditoria de Regularidade. Legalidade de algumas admissões. Diligência para as demais. Cumprimento de diligência. Legalidade de mais algumas admissões. Nova diligência. Cumprimento. Cessão de candidatos aprovados para nomeação em outros órgãos da Administração Pública distrital. Realização de inspeção. Audiência do Ministério Público. Nova diligência. Cumprimento. Nova manifestação do *Parquet*. Legalidade dessas admissões. Determinações às Secretarias de Cultura, de Saúde e de Ação Social. Retorno dos autos à 4ª ICE para continuidade do acompanhamento.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo do acompanhamento de nomeações oriundas do Concurso Público regulado pelo Edital nº 191/90 - IDR, para preenchimento de cargos de Analista de Assistência à Educação da Carreira Assistência à Educação da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal.



Em assentadas anteriores esta Corte considerou legais algumas admissões decorrentes do processo seletivo em apreciação, e determinou diligência com o objetivo de serem prestadas informações e juntada documentação, relativas aos demais candidatos nomeados, que ainda não tiveram registrados seus atos de provimento.

Pela Decisão nº 6760/2000, fls. 158/159, este Plenário, dentre outras deliberações, autorizou a realização de inspeção para a coleta dos dados admissionais de candidatos aprovados no concurso em referência, cedidos para nomeação em outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

A legalidade dessas admissões não foi apreciada na Sessão Ordinária de 18/10/2001, conforme consta do voto do então Relator deste feito, ilustre Conselheiro José Milton Ferreira, fls. 234/240, que acolheu sugestão do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de aguardar os esclarecimentos requeridos no Processo nº 3529/98, que o órgão ministerial considerou tratar de tema análogo, havendo este egrégio Plenário, naquela oportunidade, determinado a baixa dos autos em nova diligência, para os fins especificados na Decisão nº 6867/2001, fl. 241.

Nesta assentada, aprecia-se o cumprimento dessa diligência e, conforme sugerido pelo órgão técnico, a legalidade das admissões em outros órgãos ou entidades da Administração Pública distrital, em cargos de atribuições correlatas, de candidatos aprovados no concurso público tratado nestes autos.

**ÓRGÃO TÉCNICO** - A 4ª ICE, fls. 307/324, analisa detalhadamente as informações e documentos juntados aos autos, em cumprimento à diligência determinada. Em suas conclusões, entende que foi satisfatoriamente cumprida a diligência, estando a maioria dos atos admissionais em condições de serem considerados legais para fins de registro. Aponta, porém, a necessidade de complementação de informações referentes a alguns dos candidatos admitidos, pelo que sugere novas determinações aos órgãos jurisdicionados.



Quanto às admissões, cuja apreciação da legalidade deveria aguardar os esclarecimentos requeridos no Processo nº 3529/98, a Inspetoria, após proceder à análise das situações individuais, relaciona uma série de precedentes deste Tribunal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Tribunal de Contas da União, para concluir pela regularidade das admissões em apreciação, nos seguintes termos:

" ...

19. No tocante à sugestão do Ministério Público junto ao TCDF de sobrestar o exame da legalidade das admissões dos candidatos relacionados no item b das fls. 218 e 219 até decisão do Processo n.º 3.529/98, concernente à questão do aproveitamento de servidores por outros órgãos ou entidades para os quais não foram realizados os concursos públicos, caberia citar algumas decisões e normas:

- em 08.05.95, o TJDFT decidiu, no Acórdão n.º 76733 - APC n.º 3492495/DF, que '**O aproveitamento de concursados em entidade diversa daquela a qual foram aprovados é faculdade da Administração sem caráter de obrigatoriedade ...**' (fl. 286);
- em 16.04.96, o TCDF, por meio da Decisão n.º 2.417/96, III, a (Processo n.º 5.376/95), **determinou** ao Presidente da FHDF que '**retifique todos os atos de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público objeto do Edital n.º 71/91-FHDF, para o cargo de Assistente Básico de Saúde, na especialidade VII (Motorista), tendo em vista que as nomeações foram efetivadas para o exercício do cargo de Assistente Intermediário de Saúde, para o qual não concorreram e, conseqüentemente, não foram habilitados;**'. Nesse caso, os servidores, cujos atos de nomeação deveriam ser retificados, foram habilitados em concurso para cargo de nível básico e admitidos em cargo de nível médio, portanto, situação diversa da analisada nos presentes autos (fls. 287 e 288);
- em 16.04.97, o TCDF, por meio da Decisão n.º 2.290/97, II (Processo n.º 5.251/93), considerou legais admissões de Advogados no Quadro de Pessoal da TERRACAP, de candidatos aprovados no concurso regulado pelo Edital n.º 137/93-IDR, realizado para selecionar pessoal para os quadros da EMATER (fl. 289);
- em 24.06.97, o TCDF, por meio da Decisão n.º 4.118/97, a (Processo n.º 6.390/95), resolveu '**...julgar ilegais todos os atos de nomeação para o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, Área**



**Administração-Geral, Especialidade II (Motorista), de candidatos habilitados no Concurso Público de que trata o Edital n.º 054/90-IDR, destinado ao provimento de cargo de Auxiliar de Administração Pública,...'** (fl. 290). Nesse caso também houve admissão em cargo cujo nível de escolaridade era superior ao do cargo para o qual foram aprovados os candidatos, portanto, situação diversa da analisada nos presentes autos;

- em 17.09.98, o TCDF, por meio da Decisão n.º 7.311/98 (Processo n.º 1.965/93) resolveu '**III - recomendar ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR que, quando da realização de concurso público para provimentos de cargos de um determinado órgão ou entidade que possuam o mesmo perfil profissiográfico de outros existentes nos diversos Quadros do Complexo Administrativo do Distrito Federal, faça constar, em homenagem aos princípios constitucionais da impessoalidade e da publicidade, do Edital respectivo a possibilidade de aproveitamento dos aprovados em entidade ou órgão diverso daquele para o qual o concurso está sendo realizado;**' (fls. 291 e 292). O subitem 11.3 do Edital n.º 191/90-IDR, objeto do presente processo, previu a possibilidade de aproveitamento de candidatos por outros órgãos ou entidades do Distrito Federal, ao mandar inscrever os aprovados não nomeados na extinta FEDF no Cadastro de Pessoal Concursado - CPC;
- em 21.03.01, o Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão n.º 147/2001, subitem 8.3.1 (Processo n.º 011.144/2000-9) entendeu possível o aproveitamento de candidatos aprovados em órgão diverso daquele para o qual o concurso foi realizado, de sorte que tal aproveitamento apenas ocorresse '**dentro do mesmo Poder, para provimento de cargo idêntico àquele para o qual foi realizado, que tenha iguais denominação e descrição e que envolva as mesmas atribuições, competências, direitos e deveres, de tal modo que exijam idênticos requisitos de habilitação acadêmica e profissional e sejam observadas a ordem de classificação e a finalidade ou destinação prevista no edital, que deverá antever a possibilidade desse aproveitamento**' (fl. 293);
- na Sessão **Ordinária** n.º 3.593, de 17.07.2001, o Tribunal decidiu considerar legais admissões ocorridas no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN e no Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, oriundas de Concurso Público regulado pelo Edital n.º 49/91-IDR, aberto inicialmente para provimento do cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias da Carreira Atividades Rodoviárias, do Quadro de Pessoal do



Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF  
(Decisão n.º 4.709/01, fls. 294/295);

- em 13.11.01, o TCDF, por meio da Decisão n.º 7490/2001, III (Processo n.º 3091/91) considerou legais admissões de Assistente Básico em Serviços Sociais para os Quadros de Pessoal do Distrito Federal e da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal de candidatos aprovados no concurso regulado pelo Edital n.º 159/91-IDR, realizado para a extinta Fundação do Serviço Social (fls. 296/302);
- O Tribunal, em 05.03.2002, a teor da Decisão n.º 707/2002, considerou legais admissões ocorridas na extinta Fundação Educacional do DF, para o cargo de Auxiliar de Educação, oriundas do Concurso Público regulado pelo Edital n.º 72/91-IDR, aberto inicialmente para provimento do cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias da Carreira Atividades Rodoviárias, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (fls. 303/306);
- nos Decretos n.º 12.192/90 (revogado), n.º 16.254/94 (revogado) e n.º 21.688/00 (em vigor), destinados a normatizar a realização de concurso público no âmbito do Distrito Federal, foi incluído capítulo – o Capítulo IX - Do Cadastro de Pessoal Concursado – que previu o registro de candidatos aprovados em concurso público, para fins de ingresso nos órgãos e entidades do GDF. Nos dois últimos decretos, previu-se, também, a possibilidade de aproveitamento de aprovados por outros órgãos ou entidades, obedecidos critérios especificados;
- O Processo n.º 3.529/98, cuja decisão seria condição para o exame da legalidade das admissões relacionadas na alínea b das fls. 218 e 219, conforme proposta do Ministério Público junto ao TCDF, foi apreciado por meio da Decisão n.º 497/2001, em cuja alínea II.b o Tribunal resolveu a questão de fundo do Processo, ou seja, determinou à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA e ao Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP que adotassem as providências necessárias à lotação dos servidores oriundos do concurso regulado pelo Edital n.º 32/90 - IDR (Cargo: Técnico de Administração Pública - Área Desenvolvimento Urbano Especialidade I - Fiscal de Limpeza Urbana), para desempenho das atribuições relacionadas à fiscalização da limpeza urbana, no Quadro de Pessoal da BELACAP vez que, força da Lei n.º 1.006/96, a competência relativa à fiscalização da limpeza urbana foi devolvida àquela entidade. Portanto, não estava em discussão o aproveitamento de candidatos aprovados nos certame em órgão diverso do que previa o edital normativo.



20. Da leitura das peças acima relacionadas conclui-se:

- o TJDF entende como faculdade da Administração o aproveitamento de concursados em entidade diversa daquela para a qual foram aprovados;
- o TCDF tem considerado legal o aproveitamento de aprovados em concursos públicos por instituição diversa daquela para qual foi aberto o certame, desde que ocorra em cargo de mesmas atribuições e nível de escolaridade;
- o TCU, igualmente, admite a possibilidade de aproveitamento de concursados em instituições diversas da prevista no edital do certame, desde que satisfeitas as condições estipuladas;
- há previsão normativa de aproveitamento de aprovado em concurso público desde 1990 – Decretos n.º 12.192/90 (revogado), n.º 16.254/94 (revogado) e n.º 21.688/00 (em vigor);
- houve previsão editalícia de aproveitamento de aprovados em entidades diversas da extinta FEDF, mediante registro no Cadastro de Pessoal Concursado (subitem 11.3 do Edital n.º 191/90-IDR).

... "

Destaca, ainda, o órgão instrutivo a situação de duas candidatas, classificadas na especialidade Bibliotecário, que foram contratadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER no emprego de Bibliotecário. Essas admissões ocorreram em empregos de idêntica atribuição e mesmo nível de escolaridade, mas em regime jurídico diverso do previsto no edital do concurso (estatutário).

Tendo constatado o cumprimento dos requisitos para ingresso no emprego e, considerando que tais admissões não geraram qualquer prejuízo à Administração, às contratadas e nem aos demais candidatos, e que o tempo transcorrido desde a contratação (quase 9 anos) já consolidou a situação funcional das servidoras, a instrução entende que o Tribunal poderia, excepcionalmente, considerar legais essas admissões.

As sugestões ao egrégio Plenário são vistas às fls. 320/323, que foram acolhidas pelo ilustre titular da 4ª ICE, fl. 323.



**MINISTÉRIO PÚBLICO** - O *Parquet*, em manifestação anterior nestes autos, fls. 224/232, assim se pronunciou:

" ...

5. Da parte deste órgão ministerial, cumpre ressaltar o aproveitamento, por outros órgãos da Administração Pública (extinto Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, extinta Secretaria de Administração, Secretaria de Cultura do Distrito Federal, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal), de candidatos aprovados no presente concurso público. Sobre tema similar, o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entende tratar-se de faculdade da Administração, em decisão ementada nos seguintes termos:

*'Processual Civil - Medida Cautelar - O pedido da cautelar é para determinar-se ao Distrito Federal e o IDR que se abstenham de realizar concursos públicos para o cargo de advogado, enquanto não convocados os advogados aprovados em concursos anteriores - Impossibilidade jurídica do pedido - A Administração não pode ser impedida de realizar concursos públicos - A legislação não confere esse direito, a quem quer que seja - O aproveitamento de concursados em entidade diversa daquela a qual foram aprovados é faculdade da Administração sem caráter de obrigatoriedade, segundo o próprio regulamento invocado - Petição inepta (art. 295, I, parágrafo único, III, CPC - Apelação desprovida. - Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL APC3492495 DF - Registro do Acórdão Número: 76733 - Data de Julgamento: 08/05/1995 - Órgão Julgador : 3ª Turma Cível - Relator : CAMPOS AMARAL - Publicação no DJU: 31/05/1995 Pág.: 7.298 (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)'*

6. O tema não é inédito na Casa, cabendo destacar, pelo menos, três oportunidades em que foi examinado.

7. Quando da apreciação dos autos de n.º 2847/93 (Representação no 16/93-OR, do Auditor OSVALDO RODRIGUES, na qualidade de Conselheiro em exercício, sobre a questão do uso de concurso público para provimento de cargo do quadro de pessoal de um órgão, para efeito de preenchimento de cargo dos quadros funcionais de outro órgão Público), o assunto chegou a merecer proposta de normatização, nos termos do voto do Relator acima nominado, *verbis*:





(...)

2. A instrução final, da 4ª Inspeção (fs. 21/24), conclui por que o Tribunal enderece ao IDR recomendação, no sentido de fazer constar dos editais dos concursos públicos para o preenchimento de cargos na Administração Direta cláusula prevendo a possibilidade do aproveitamento dos candidatos aprovados noutros órgãos, tal como suscitado na Representação em causa.

3. Distribuído inicialmente ao ilustre Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, honrou-me Sua Excelência com a proposta (acolhida pelo Tribunal, f. 31) de redistribuição do presente processo a este Relator, para que pudesse "examinar detidamente o resultado da inspeção realizada em atenção à representação em apreço".

4. Ouvido o douto Ministério Público, no parecer de fs. 35/39, da lavra da ilustre e digna Procuradora-Geral, Drª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, ao invocar decisão do Tribunal de Contas da União a respeito do tema, a qual fez anexar às fs. 39/44, por cópia de publicação, põe-se o órgão pela manifesta conveniência do quanto proposto, visto 'resguardar os princípios da igualdade, moralidade e publicidade.'

#### PROPOSTA DE DECISÃO

5. Como dito na representação em exame, sempre tive dúvida sobre a regularidade da prática de há muito adotada pela Administração, no âmbito federal e local, de valer-se de concurso público realizado por um órgão específico para o provimento de cargo dos quadros funcionais de outro órgão, por considerar que isso afeta o princípio da acessibilidade aos cargos públicos, fixado na Constituição Federal.

6. Corolário de outros princípios a que o administrador público está submetido, como o da igualdade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, o do livre acesso aos cargos e empregos públicos possibilita a uma pessoa conquistar um lugar nos quadros funcionais de um determinado órgão, de sua livre escolha. A procedência dessa assertiva parece-me indiscutível.

7. Esse princípio, estampado no inciso I do art. 37 da Constituição Federal, por vezes se confunde com o do concurso público, previsto no inciso II desse mesmo artigo, sobretudo porque a investidura no cargo público depende de certame aberto a todos que preencham os requisitos exigidos. Mas, em verdade, são dois princípios distintos.





*Até porque, do contrário, a Lei Maior conteria dispositivos inócuos ou redundantes.*

8. MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO comenta sobre o princípio do acesso aos cargos públicos:

*‘Aqui está uma das mais importantes aplicações do princípio da igualdade perante a lei. Igualmente uma das mais sensíveis conquistas da democracia. Todos têm acesso aos cargos públicos, desde que brasileiros. Não se faz acepção de raça, cor, credo, sexo. Apenas se levará em conta o mérito de cada um (para o que se prevê o concurso) e o preenchimento dos requisitos necessários para cada cargo, na forma fixada na lei’ (‘Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, Volume 1, Saraiva, p. 245).*

9. SÉRGIO DE ANDRÉA FERREIRA, ao discorrer sobre o princípio da acessibilidade às funções públicas, diz:

*‘Para que essa acessibilidade seja efetiva, torna-se necessário que a criação, a existência, a transformação, a extinção sejam produto de atos comunicados adequadamente ao povo; que seu número, sua remuneração, o rito para o seu provimento sejam dados igualmente acessíveis, para que, inclusive, estimulem o interesse pelas mesmas funções.’ (‘Comentários à Constituição, 3º Volume, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, p. 125).*

10. *Na liberdade de acesso aos cargos e empregos públicos, garantida pela Constituição Federal, os órgãos e entidades paraestatais não de ser tomados, entendo, individualmente, sob pena de comprometer a opção de livre escolha das pessoas interessadas, na conquista da condição de agente deste ou daquele órgão/entidade. Penso ser nesse sentido o alcance do princípio do livre acesso aos cargos e empregos públicos, de modo que o aproveitamento de concursado por outro órgão/entidade, sem previsão da hipótese no edital do certame, a meu critério, restringe esse alcance.*

11. *Com efeito, se se realiza concurso público para provimento de vagas nos quadros funcionais de determinado órgão/entidade, e, sem previsão no edital do certame, vale-se do mesmo processo seletivo para preencher vagas nos quadros de outro órgão/entidade, segue-se que todos aqueles que não se interessaram em participar da seleção ou que nela não conseguiram habilitação, terão a sua liberdade de acesso aos quadros funcionais deste último órgão/entidade*



*inviabilizada, nessa oportunidade. A procedência desse raciocínio afigura-se-me inquestionável.*

*12. Assente esse entendimento, na ocorrência de caso concreto, aqueles que se sentirem prejudicados no livre acesso aos cargos ou empregos preenchidos poderão impugnar em juízo, com boas chances de êxito, as admissões, aparentemente regulares.*

*13. Preocupado com isso é que levantei a questão na representação em exame, oferecendo como solução a simples previsão do aproveitamento de candidatos habilitados por outros órgãos ou entidades. Argüiu-se nos autos que essa previsão é desnecessária, porque o Decreto nº 16.259/95, no art. 6º, estabelece que "O candidato aprovado em concurso público destinado a determinado órgão ou entidade, poderá ser aproveitado em outro órgão ou entidade", obedecidas as condições que alinha.*

*14. Data venia, entendo que essa disposição regulamentar não dispensa a previsão de que se cogita. A uma, porque é fixada em decreto, que, como sabemos, não cria direito nem muito menos pode restringir ou mesmo dificultar a viabilidade do livre acesso aos cargos públicos assegurado pela Constituição Federal. A duas, porque ainda que legítima essa prescrição normativa, em nome de uma maior transparência e publicidade dos procedimentos administrativos, torna-se recomendável a reprodução do preceito regulamentar no edital do concurso, como ocorre no tocante aos editais de licitação, que não raro copiam disposições estampadas na legislação aplicável.*

*15. Finalmente, cabe assinalar que a decisão do TCU trazida à colação pela ilustre representante do Ministério Público, no particular, coincide com a solução oferecida na representação que deu origem ao presente processo, como se vê à f. 43.*

*Ante o exposto, de acordo com a instrução e o parecer do douto Ministério Público, proponho ao eg. Tribunal que, ao conhecer da representação em causa, recomende ao IDR que faça constar dos editais de concursos públicos, para cargos ou empregos comuns aos órgãos ou entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, expressa disposição prevendo a possibilidade de aproveitamento de candidatos nele habilitados em cargos ou empregos idênticos de outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta, nas condições previstas na legislação aplicável.'.*



8. A proposta acima transcrita não chegou a ser acolhida pelo E. Plenário, o qual decidiu pelo arquivamento do processo n.º 2847/93, nos termos da Decisão n.º 8349/96 (S.O. n.º 3195, de 12.9.96).

9. Num outro momento, todavia, quando da apreciação do processo n.º 1965/93 (*Concurso público promovido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, por intermédio do IDR, para provimento de cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias-Área Tecnologia Rodoviária, Especialidade V, da Carreira de Atividade Rodoviária, do Quadro de Pessoal daquela Autarquia, objeto do Edital n.º 049/93*), a Corte decidiu, *‘...II - para não infligir injusta penalidade aos 2 (dois) candidatos admitidos no QPPDF, em 1995, relevar, em caráter excepcional, a irregularidade detectada quanto ao seu aproveitamento, aprovados que foram no concurso do DER-DF, com aproveitamento no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal - Administração Regional do Paranoá; III - recomendar ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR que, quando da realização de concurso público para provimentos de cargos de um determinado órgão ou entidade que possuam o mesmo perfil profissiográfico de outros existentes nos diversos Quadros do Complexo Administrativo do Distrito Federal, faça constar, em homenagem aos princípios constitucionais da impessoalidade e da publicidade, do Edital respectivo a possibilidade de aproveitamento dos aprovados em entidade ou órgão diverso daquele para o qual o concurso está sendo realizado; IV - esclarecer ao IDR que a expressão mesmo perfil profissiográfico compreende, em relação ao cargo comparado, possuir o cargo de outro órgão ou entidade, desde que pertencentes ao mesmo Poder, igual denominação e descrição, mesmas atribuições, competências, direitos e deveres, de tal modo que se exijam idênticos requisitos de habilitação acadêmica e profissional;...’* (Decisão n.º 7311/98; S.O. n.º 3363, de 17.9.98).

10. Necessário registrar a manifestação contrária deste órgão ministerial, consubstanciada no parecer n.º 45/98, assim lavrado:

(...)

7. O certame teve por objetivo o provimento de vagas do Quadro de Pessoal do DER/DF, na Carreira Atividades Rodoviárias, no cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias. Contudo, referidos servidores



*foram nomeados e empossados, mediante termo de opção, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na Carreira Administração Pública, no cargo de Técnico de Administração Pública, tendo sido lotados na Região Administrativa VII - Paranoá.*

8. *A opção foi efetivada com base no artigo 6º, do Decreto n.º 16.254, de 29.12.94, que dispõe sobre concurso público na Administração do Distrito Federal.*

9. *No nosso entendimento, o citado dispositivo é inconstitucional, por possibilitar o aproveitamento de pessoal concursado em órgão ou entidade diversos daqueles para o qual o certame foi realizado.*

10. *O inciso II do artigo 37 da Constituição Federal não deixa dúvidas a respeito da prévia aprovação em concurso público, para a investidura em cargo ou emprego público, em carreira específica. Quaisquer disposições em contrário são ilegítimas, inconstitucionais. Nesse sentido, é a jurisprudência do E. STF:*

*‘O preceito constitucional inserto no art. 37, II, não permite o ‘aproveitamento’, uma vez que, nesse caso, há igualmente ingresso em outra carreira, sem o **concurso público** exigido. Precedente’. (RE-167635/PA - DJ de 07.02.97 - Rel. Min. Maurício Corrêa).*

*‘O inciso II do artigo 37 da Constituição Federal também não permite o ‘aproveitamento’, uma vez que, nesse caso, há igualmente o ingresso em outra carreira sem o concurso exigido pelo mencionado dispositivo’ (ADI-231/RJ - DJ de 13.11.92 - Rel. Min. Moreira Alves).*

11. *Grave é a admissão de pessoal na Administração Direta, quando o concurso foi realizado para seleção de pessoal de autarquia.*

12. *Em assim sendo, entende este Parquet deva o E. Tribunal negar aplicabilidade ao artigo 6º, do Decreto n.º 16.254/94, considerada a sua flagrante inconstitucionalidade, negando, assim, registro às admissões porventura efetivadas com fulcro nesse dispositivo.*

*Ante o exposto, opina este Ministério Público por que o E. Plenário considere legal, para fins de registro, as admissões ora examinadas, com exceção das relativas aos candidatos JURACI DE SOUSA DE JESUS e DEOCRÉCIO FEITOSA DA SILVA, efetuadas com supedâneo no artigo 6º, do Decreto n.º 16.254/96, por inconstitucionais, devendo-lhes ser negado registro.’*



11. Mais tarde, a apreciação do processo n.º 3529/98 (*Denúncia formulada pelo Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal - SINDSER referente à situação irregular em que se encontram servidores admitidos por força do resultado do Concurso Público de que trata o edital 032/90-IDR, realizado para o provimento de cargos de Técnico de Administração Pública - Área de Desenvolvimento Urbano - Especialidade I - Fiscal de Limpeza Pública*) resultou na prolação da Decisão n.º 4445/2000 (S.O. n.º 3505, de 13.6.2000), por meio da qual a E. Corte resolveu ‘...II - determinar à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA/DF que, em 60 (sessenta) dias: a) justifique circunstanciadamente a nomeação de candidatos para cargos diversos daquele para o qual o concurso foi realizado;...’. O cumprimento da referida determinação foi prorrogado nos termos da Decisão n.º 4647/2001 (S.O. n.º 3592, de 12.7.2001).

12. Pertinente lembrar o teor do parecer n.º 24/2000, proferido no referido processo n.º 3529/98, no qual este Ministério Público assim se manifestou:

‘(...)

3. Com relação ao item b, não foram carreados aos autos fatos que alterem o Parecer anterior deste MP, fls. 204/5, quando manifestou-se pela impossibilidade jurídica do “aproveitamento” dos servidores, classificados no Certame de 53º a 325º lugar, em Quadro de Pessoal diverso daquele previsto no Edital, ainda que em cargo da mesma carreira. Nulos, portanto, devem ser decretados os atos de nomeação praticados, devendo estes serem feitos para o Quadro de Pessoal do SLU no cargo para o qual prestaram concurso. Releva assinalar que o posicionamento do Parquet, neste caso, não coincide com o do Tribunal, ao considerar o voto da digna Conselheira Marli Vinhadeli, acatado pelo E. Plenário (Processo n.º 1.434/97), ocasião em que considerou legal a aposentadoria requerida por servidor da Fundação Zoobotânica, apesar de sua redistribuição para o Jardim Zoológico. No E. Tribunal de Contas da União considerou-se legal – Decisão Plenária n.º 212/98 – o aproveitamento de concursados em órgão diverso daquele para o qual o Edital se destinava, desde que preenchidas certas condições: órgão do mesmo poder; correlação de atribuições; equivalência de vencimentos; interesse da Administração; idênticos requisitos pessoais e previsão editalícia. De notar que, na



*oportunidade, o MPJTCU manifestou-se pela ilegalidade do aproveitamento*

*(...)*

*Ante o exposto, o Ministério Público opina porque o E. Plenário acolha as sugestões da digna Inspetoria, às fl. 254/255, e, ainda, determine, nos termos da Lei Complementar n.º 01/94, Artigo 45, à Administração anular os atos praticados em violação à Constituição Federal, devendo nomear os candidatos classificados em 53º a 325º lugar no Concurso Público de que trata o Edital n.º 032/90 – IDR para o Quadro de Pessoal do SLU.’.*

13. No mérito, portanto, a opinião deste Parquet é pela impossibilidade de aproveitamento de servidores concursados em quadro de pessoal diverso do previsto em edital.

14. O Tribunal, por seu turno, consoante exposto no decorrer deste estudo, tem entendido de forma mais flexibilizada, tal qual se pronunciou quando da prolação da Decisão n.º 7311/98 (processo n.º 1954/93; S.O. n.º 3363, de 17.9.98), transcrita no parágrafo 9º acima.

15. In casu, o Edital n.º 191/90-IDR não previa a hipótese de aproveitamento em quadro de pessoal diverso, sendo, ainda, anterior ao deslinde da discussão sobre o tema na Casa, fatos que, numa primeira análise, parecem conduzir à conclusão pela excepcional regularidade dos atos admissionais, à luz do entendimento vigente no Tribunal.

16. Contudo, tendo em vista o atual trâmite do referido processo n.º 3529/98, tratando de tema análogo, objeto do Edital n.º 032/90-IDR, quer parecer a este órgão ministerial que, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes, deva o E. Plenário aguardar os circunstanciados esclarecimentos a serem prestados pela Secretaria de Gestão Administrativa, acerca do aproveitamento de concursados em cargos diversos do previsto em edital normativo.

17. Com a finalidade, entretanto, de não obstar as demais providências sugeridas pela digna Inspetoria, este Ministério Público opina pelo normal prosseguimento do feito, com exceção da apreciação da legalidade dos atos admissionais relativos aos candidatos relacionados às fls. 218/219, letra *b*, a qual se condiciona aos esclarecimentos requeridos pela Corte no processo n.º 3529/98."



Em recente manifestação, fls. 327/335, o douto Ministério Público, após tecer comentários à instrução da 4ª ICE, assim se pronuncia quanto à cessão de candidatos aprovados no certame em apreciação para nomeação em outros órgãos públicos distritais:

" ...

10. Em manifestação anterior nestes autos (fl. 224/232), este *Parquet* deixou externada sua opinião pela impossibilidade jurídica de aproveitamento, em quadro de pessoal diverso do previsto em edital, de candidatos aprovados em certame, ainda que em cargo da mesma carreira, por flagrante inconstitucionalidade, reportando-se, na ocasião, a parecer proferido no Processo nº 3529/98. Reconhecia-se, no entanto, por dever de ofício, que esse posicionamento não guardava conformidade com o entendimento mais flexível vigente na e. Corte de Contas, tal qual pronunciamento exarado quando da prolação da Decisão nº 7311/98 (Processo nº 1954/93; S.O. nº 3363, de 17.9.98).

11. Nada obstante, havendo o Tribunal solicitado, no referido Processo nº 3529/98, circunstanciados esclarecimentos da Secretaria de Gestão Administrativa quanto à questão vertente, vislumbrou-se a hipótese de prolação de decisões conflitantes, fato que conduziu ao sobrestamento, neste feito, do exame da legalidade das admissões vinculadas, no aguardo do resultado da mencionada diligência.

12. Nesse contexto, havendo a jurisdicionada lá noticiado que "os candidatos aprovados no certame em exame foram nomeados no cargo para o qual foram aprovados, **mas para o Quadro de Pessoal do DF e não do SLU**, sendo lotados nas Administrações Regionais, Secretarias, PRG e SEMATEC/JZB' (grifos postos), este *Parquet*, reiterando parecer anterior no precitado processo, opinou pela anulação dos atos de nomeação praticados em violação à Constituição Federal, com o acréscimo de que os mesmos fossem feitos para o Quadro de Pessoal da Belacap, no cargo para o qual prestaram concurso, proposta esta que veio a ser hospedada pelo ilustre relator do feito, Conselheiro José Milton Ferreira, no voto condutor da decisão que se seguiu (Decisão nº 497/2001; S.O. nº 3556, de 15.2.01), quando o mesmo assim se pronunciou:

‘São, portanto, coincidentes as alternativas aventadas pelo órgão instrutório e pelo douto Ministério Público em relação aos fatos denunciados, o que me leva a concordar com as propostas e **votar** no sentido de que este Egrégio Plenário:





I – ...

II - determine à Secretaria de Gestão Administrativa – SGA e ao Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal – BELACAP, nos termos do art. 1º, X, da Lei Complementar – DF nº 1/94, assinando o prazo de 60 dias, que:

a) adotem as providências necessárias à lotação dos servidores oriundos do concurso regulado pelo Edital nº 32/90 – IDR (Cargo Técnico de Administração Pública – Área Desenvolvimento Urbano Especialidade I – Fiscal de Limpeza Urbana), para desempenho das atribuições relacionadas à fiscalização da limpeza urbana, no Quadro de Pessoal da BELACAP vez que, força da Lei nº 1.006/96, a competência relativa à fiscalização da limpeza urbana foi devolvida àquela entidade; ...'

13. Vale aqui registrar, a propósito, quanto ao deliberado pela Corte, que, a despeito das dificuldades operacionais enfrentadas pelas jurisdicionadas, as medidas pertinentes encontram-se em fase de execução.

14. Notadamente, duas foram as questões abordadas naqueles autos, a saber: o fato de servidores admitidos (aproveitados) no Quadro de Pessoal do DF, oriundos de concurso público destinado ao preenchimento de cargos no Quadro de Pessoal do antigo SLU, para exercerem funções de fiscalização de limpeza pública, encontrarem-se desviados de função em entidades diversas; e a ocorrência de um segundo desvio funcional, consecutório daquele, pela necessidade de suprir a deficiência com a nomeação de outros servidores, pertencentes a cargos e categorias funcionais distintos, para o exercício das referidas atividades.

15. Sob esse prisma, lamenta-se discordar do entendimento da digna Inspeção, a qual reputou que '... não estava em discussão o aproveitamento de candidatos aprovados no certame em órgão diverso do que previa o edital normativo', sendo lógico que a questão aqui tratada guarda correlação com uma das hipóteses aventadas naqueles autos, conduzindo, pois, à conclusão de que idêntico tratamento deva-lhe ser assegurado, mais consentâneo, inclusive, com as normas constitucionais que regem a matéria. A propósito, vale ressaltar o entendimento do STF, à vista do preceito constitucional inserto no art. 37, inciso II, no sentido de que estão banidas as formas de ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso público. Neste caso, está o 'aproveitamento' ou a 'redistribuição'



16. Atente-se ainda que, *in casu*, em que pese também entender de modo inverso o corpo técnico, o Edital nº 191/90-IDR não previa a hipótese de aproveitamento em quadro de pessoal diverso, mas tão-somente o registro dos candidatos aprovados que não lograram nomeação inicial, em Cadastro de Pessoal Concursado do IDR, para futuro aproveitamento no próprio Quadro de Pessoal da FEDF, durante o prazo de validade do certame, consoante expressa disposição contida no subitem 11.3 da norma editalícia.

17. Reconhece-se, todavia, que o entendimento esposado pela decisão exarada no Processo nº 3529/98, embora constitua importante precedente, ainda carece de consolidação na e. Corte de Contas distrital, de molde a nortear as análises de eventuais atos de admissão semelhantes aos examinados nestes autos.

18. Nessa esteira, este *Parquet* reafirma seu posicionamento pela impossibilidade do 'aproveitamento', por flagrante inconstitucionalidade, para, no mérito, opinar pela anulação das admissões ocorridas em cargo e/ou quadro de pessoal diverso do previsto pelo Edital nº 191/90-IDR, com o acréscimo de que as mesmas sejam feitas para o Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no cargo para o qual prestaram concurso ou dele decorrente.

19. No concernente às demais proposições consignadas pelo órgão instrutivo às fl. 320/323, entende este órgão ministerial possam ser admitidas, à exceção do contido no item VI, acerca do qual se propõe seu parcial acolhimento no sentido de que se preste esclarecimento quanto à divergência na especialidade do cargo para o qual foi nomeada a servidora ali discriminada, haja vista que sua admissão já foi objeto de registro pelo Tribunal, conforme se faz ver pela Decisão nº 8645/99 (alínea *b* - fl. 128).

20. Ante o exposto, lamentando dissentir parcialmente da Inspetoria, opina o Ministério Público por considerar legal apenas a admissão de Luiz Alberto Dias Ramagem, ocorrida em conformidade com o previsto no Edital nº 191/90-IDR, negando-se registro às demais admissões ora examinadas, por flagrante inconstitucionalidade, devendo a jurisdicionada adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, atentando-se, ainda, para o propugnado no parágrafo precedente."



## VOTO

A discussão travada no Processo nº 3529/98 dizia respeito à lotação, em outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal, de candidatos aprovados no concurso para o preenchimento de cargos de Técnico de Administração Pública, na especialidade de Fiscal de Limpeza Pública. Ficou esclarecido naqueles autos que as nomeações foram para o cargo objeto daquele concurso público, embora no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, e não no do antigo Serviço de Limpeza Urbana - SLU, sendo os servidores lotados em diversos órgãos.

Tendo a Lei nº 1006/96 devolvido ao órgão a atribuição de fiscalizar “a” limpeza urbana, este Tribunal, pela Decisão nº 497/2001, item II, alínea a, determinou a lotação no Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana - BELACAP dos servidores nomeados, que estavam lotados em outros órgãos, a fim de cessar o desvio funcional. Essa decisão foi complementada pela Decisão nº 3699/2002. Em sua fase atual, aprecia-se, naqueles autos, apenas o desvio de função de outros servidores do então Serviço de Limpeza Urbana - SLU, que não os do referenciado concurso público.

Quanto à arguição de inconstitucionalidade apresentada pelo *Parquet*, entendo que a jurisprudência da Suprema Corte, mencionada nos pareceres, refere-se ao instituto do aproveitamento, como forma derivada de provimento de cargo público, previsto no art. 8º e regulado no art. 30 da Lei nº 8112/90, Diz respeito a aproveitamento - e não nomeação - em outro cargo, de servidor posto em disponibilidade, na forma prevista no § 2º do art. 37 do mesmo diploma legal, não se aplicando à situação em exame.

A meu ver, a matéria referente às nomeações de candidatos concursados para órgão da Administração Pública distrital diferente daquele para o qual foi realizado o concurso, já se acha devidamente equacionada nesta Casa, desde quando foi proferida a Decisão nº 7311/98, que, a exemplo de decisão semelhante adotada pelo egrégio Tribunal de Contas da União, vinculou à previsão editalícia, dentre outros condicionantes, a possibilidade de o



candidato aprovado em um certame ser nomeado para cargo de atribuições correlatas em órgão ou entidade pública diferente da que patrocinou o processo seletivo.

No caso em apreciação, o Edital Normativo do concurso público é anterior à citada Decisão nº 7311/98 e não previu, expressamente, a hipótese de a nomeação de candidato aprovado no certame poder ocorrer em outro órgão ou entidade pública.

Com razão o *Parquet*, quanto a excluir da diligência sugerida pela instrução a providência relativa à servidora da Secretaria de Educação, cuja nomeação já foi considerada legal nesta Corte.

Assim, de acordo com as sugestões da instrução, com os ajustes que faço, e lamentando dissentir do parecer do *Parquet*, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) do Ofício nº 1400/2001-GAB/SGA e anexos (fls. 245/268), encaminhados pela Secretaria de Gestão Administrativa, com vistas à atender a diligência determinada pelo item 2 da Decisão nº 6867/2001;
- b) do Ofício nº 812/2002-GAB/SES e anexos, fls. 281/285, encaminhado pela Secretaria de Saúde em cumprimento ao disposto no item 3 da Decisão nº 6867/2001;
- c) dos documentos de fls. 269/280 e 293;

II - considere legais, para fins de registro, as seguintes admissões decorrentes de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 191/90-IDR, em cumprimento ao disposto no item III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal:



TCDF
Processo nº 4103/91
Fls. _____
Rubrica _____

a) em cargo objeto do certame, na extinta Fundação Educacional do Distrito Federal:

Analista de Assistência à Educação - Odontólogo

Luiz Alberto Dias Ramagem

b) em cargos de atribuições correlatas, em outros órgãos da Administração Pública do Distrito Federal:

Quadro de Pessoal do Distrito Federal

Analista de Administração Pública - Arquiteto

Alexandre Luis Dias Soares	Ana Cristina Machado Vieira
----------------------------	--------------------------------

Antônio Luiz Viana Ribeiro	Antônio Menezes Júnior
----------------------------	------------------------

Cláudia Hofmann Mota	Estela Maria Oton de Lima
----------------------	---------------------------

Francisco das Chagas Leitão	Isabel Cristina Joventino de Deus
-----------------------------	--------------------------------------

Jane Monte Jucá	Márcio Albuquerque Buson
-----------------	--------------------------

Maria de Fátima Tavares Vanden Berghe	Maria Olívia Rosa
--	-------------------

Maria Suely Queiroz Vieira	Marta Regina Soares Mondaine
----------------------------	---------------------------------

Mônica Lobo Burle	Paula Assis Republicano Silva
-------------------	----------------------------------

Ralim Armedi Silva	Raniere Teixeira Soares
--------------------	-------------------------

Renato Batista Obliziner	Ricardo Boseggio Filho
--------------------------	------------------------

Ruth Dias Meirelles	Yara Lúcia Belo Pires Barbosa
---------------------	----------------------------------

Analista de Administração Pública - Bibliotecário

Anabeli Trigo Baptista

Maria Aparecida Coelho de Sena

Talma Pereira de Andrade



extinto Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR  
Analista de Administração Pública - Bibliotecário  
Valquíria Carvalho Guimarães

extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF  
Assistente Superior de Saúde - Bibliotecário

Ana Teresa Batista Prado

Elta Dourado  
Brandão

Esmênia Teixeira de  
Resende

Eva Maria Vaz e  
Dias

Margareth de Souza

Assistente Superior de Saúde - Fonoaudiólogo

Cristhyne Queiroz de Carvalho

Maria Regina Cavalcanti Cabral Fernandes

Sineyde Matos da Silva

Analista de Administração Pública - Médico

Kátia Cléia Moreira Reis

Maria Zilda Ramos Coutinho

Rita de Cássia Paes Ribeiro de Mello

extinta Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação  
Comunitária

Assistente Superior em Serviços Sociais - Assistente  
Social

Shirley Rocha César Rizzi

- c) excepcionalmente, em empregos de atribuições correlatas, em entidade da Administração Pública do Distrito Federal de regime jurídico diferente do previsto no Edital:



Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do  
Distrito Federal - EMATER:

Iguassιά de Souza Campos

Vilma Carvalho Costa

III - determine à:

- a) Secretaria de Cultura que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe cópia da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Distrito Federal, e informe a data de posse da servidora Neusa Helena da Silva, matrícula nº 1.650.603-X, admitida no cargo de Analista de Atividades Culturais, especialidade Bibliotecário (Exercício: 01/03/94);
- b) Secretaria de Saúde que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça se as servidoras abaixo relacionadas foram admitidas, ou não, em virtude de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 191/90-IDR, na especialidade Assistente Social e, em caso afirmativo, encaminhe cópia das publicações dos respectivos atos de nomeação no Diário Oficial do Distrito Federal, e informe as datas de posse e de exercício:

Dalzi Neres Moreira - Matrícula n.º 116.679-4

Francimery Alves Bastos - Matrícula n.º 132.617-1

Valéria Cristina F. C. de A. Pinto - Matrícula n.º 134.248-7

- c) Secretaria de Ação Social que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça se as servidoras abaixo relacionadas, ocupantes do cargo Assistente Superior em Serviços Sociais - Assistente Social, foram admitidas, ou não, em virtude de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 191/90-IDR e, em caso afirmativo, encaminhe





cópia do ato de nomeação no DODF, e informe as datas de posse e de exercício:

Ângela Maria Gomes Guimarães - Matrícula n.º 103.376-X

Marlene Daigele S. Barbosa – Matrícula n.º 103.503-7

Marlúcia Ferreira do Carmo Barbosa - Matrícula n.º 103.673-4

IV - autorize a devolução do presente processo à 4ª ICE, para a continuidade do acompanhamento.

Brasília - DF,            de julho de 2003.

**JORGE CAETANO**

Conselheiro